

Richa irritado com corrupção

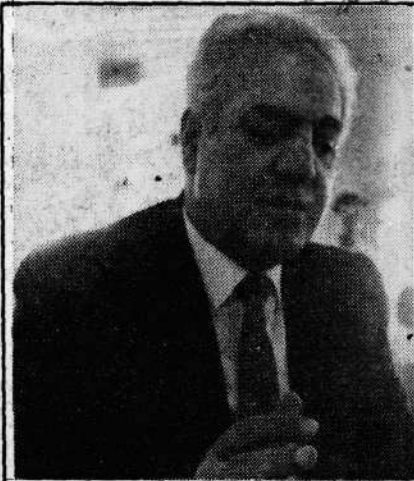
Poucos líderes parlamentaristas conseguiram disfarçar que viviam um inesquecível *day after*, ontem, alternando momentos de desconsolo e de irritação. "O problema não foi a derrota, mas as circunstâncias que envolveram o episódio", acredita, por exemplo, o senador José Richa. "Houve muita corrupção, a classe política brasileira se jogou no fundo do poço." E quem atribui a própria mudança de posição a pressões militares, diz o senador, "está apenas procurando um pretexto para justificar o fisiologismo". Para Richa, Sarney é um presidente fraco e sem projeto. "Não é uma espécie de capitão Marvel, que diz uma palavra mágica — presidencialismo, por exemplo — e fica forte. O governo, que é ruim, continuará ruim", desabafa ele.

Max Mauro, governador do Espírito Santo, também está revoltado. Parlamentarista convicto, mas deixando claro que respeita a decisão da maioria, ele explica que ao defender o parlamentarismo não está contra Sarney, mas contra o presidencialismo. A mudança do sistema de governo "é fundamental para o País". E o acordo entre o PT, o PDT

e o Centrão é classificado por ele de "deplorável".

Os governadores que lutaram pela aprovação da emenda presidencialista, ao contrário, manifestavam a sua alegria sem a menor discriminação. "Caçador de milho ou cercador de cabrito, tanto faz", repetia Álvaro Dias, do Paraná, aceitando a definição que ganhou, junto com outros governadores, por ter trabalhado ostensivamente em favor de Sarney. Álvaro garante contudo que apenas "influenciou" a decisão dos parlamentares do seu estado, "sem qualquer pressão". O que "seria uma ofensa". Para ele, a questão está encerrada: "Espero que a Nação agora discuta outras prioridades e que essas duas questões, colocadas em tamanha evidência, sejam substituídas por temas de maior profundidade e interesse nacional", diz.

Já o governador de São Paulo, Orestes Quércia, disse ontem em Pindamonhangaba, onde lançou oficialmente a colheita da safra 87/88, que a vitória da tese presidencialista foi uma "prova de força política" do presidente. Com relação à duração do mandato de Sarney, a tendência agora é pelos cinco anos,



José Richa

Newton Aguiar

acha ele. De qualquer forma, promete que não irá trabalhar "nem pelos cinco, nem pelos quatro", respeitando a decisão dos constituintes, "da mesma forma que deve ser respeitada a vitória do presidencialismo". Miguel Arraes, de Pernambuco, constata que o presidencialismo "é mesmo o sistema de maior

aceitação popular no Brasil". E recorda o plebiscito de 1963, em que o parlamentarismo foi rejeitado pelo povo. Argumenta, ainda assim, que o presidencialismo "só tem importância quando há uma descentralização que gere um Congresso forte".

Tasso Jereissati, do Ceará, considera a decisão "uma festa da democracia". A Constituinte "correspondeu ao anseio do povo brasileiro, quando reuniu todos os seus representantes para tomar a histórica decisão", festeja ele. Moreira Franco, do Rio, que, há dois dias, saudou a vitória do presidencialismo como "uma tradição brasileira", ontem não quis mais falar no assunto. Presidencialista, defensor dos quatro anos, quer eleições este ano apenas para presidente. Não aceita a tese das gerais. Hélio Gueiros, do Pará, quer apenas que o País volte "à normalidade do trabalho", lamentando que, nos últimos oito meses, "o Brasil tenha ficado paralisado por essa discussão". E Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, presidencialista, é taxativo: discutir os quatro ou cinco anos "não enche a barriga do povo, não resolve o desemprego nem o problema da moradia".

E, em Porto Alegre, o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, preferiu comentar apenas que "toda a Nação tem o dever de acatar as decisões da Constituinte, já que ela representa o povo e é soberana".

Cientista acha que houve submissão

CAMPINAS
AGÊNCIA ESTADO

O principal fator da aprovação da emenda presidencialista pela Constituinte "foi a submissão do presidente Sarney à tutela das Forças Armadas". Os ministros militares acenaram com a possibilidade de uma intervenção, sob o pretexto da manutenção da ordem e da garantia das instituições, mas, na verdade, pretendendo a conservação do regime. A ameaça surtiu efeito. A conclusão é do cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira, da Universidade Estadual de Campinas, especialista no estudo da presença militar na política brasileira.

O professor Eliezer considera ainda o surgimento de "muitos presidencialistas de última hora", e o resultado das pressões do governo, exercidas por instrumentos como "a liberação seletiva de recursos, o fisiologismo e a chantagem". Para ele, a consequência mais grave disso tudo é que o presidente Sarney "abriu caminho para um golpe, caso haja uma nova crise política". O presidente, disse Rizzo de Oliveira, fortaleceu ainda mais as Forças Armadas, ampliando a autonomia dos militares e pondo em risco a normalidade do regime. O resultado da votação também deixa antever a aprovação do projeto do Centrão que atribui aos militares a responsabilidade pela manutenção da ordem e das instituições políticas, legitimando, do ponto de vista legal, a intervenção militar.

Para Eliezer, a vitória foi também das "forças políticas conservadoras, que têm hoje como seus expoentes os governadores Orestes Quércia e Newton Cardoso, o ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães e o deputado Carlos Sant'Anna". A hegemonia dos conservadores, diz o cientista político, será um dos resultados diretos, do atual contexto, uma vez que sem "diretas já" o grupo enraizará o seu poder, começando fortalecido a década dos 90. Rizzo teme ainda que, no segundo turno da votação, essas forças "tentem fazer a Constituinte voltar atrás em alguns avanços obtidos no primeiro turno", como a estrutura mais autônoma do sindicalismo e o direito de greve para o funcionalismo público.

Sabóia vê País entrar em mar calmo

"Prevaleceu o bom senso. O País começa a entrar em um mar mais calmo", aplaudiu o ministro da Marinha, Henrique Sabóia. O almirante deu ênfase ao presidencialismo ter sido aprovado por uma ampla maioria e disse estar certo que, dos trabalhos da Constituinte, vai surgir uma Constituição "que corresponderá aos verdadeiros anseios do povo brasileiro".

Na área militar, a aprovação do mandato de cinco anos para presidente da República foi considerada uma decisão que influirá certamente na votação das disposições transitórias da Constituinte, quando for definida a duração do mandato do presidente Sarney. Na Vila Militar do Rio de Janeiro, de onde partiram todos os movimentos político-militares desde a década dos 20, alguns oficiais comentavam que a aprovação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes foi tão importante quanto a opção pelo presidencialismo.

A divisão do PMDB foi outro fato bem recebido na área militar. Apesar de os ministros militares terem um relacionamento estreito com o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, na área militar fazem-se restrições ao deputado, apontado por muitos oficiais como responsável pelas indefinições políticas e econômicas de 87 e deste ano. Mas um dos oficiais que analisaram a participação dos ministros militares na política, o brigadeiro da reserva Paulo Costa, disse que o ideal seria que os políticos garantissem ao País tal estabilidade "que não houvesse espaço para que as Forças Armadas influíssem, já que isso seria desnecessário". E apontou o caso da Inglaterra, comentando: "Lá, se o ministro da Defesa pedir mais um período para a senhora Margaret Thatcher, isso poderá ser objeto de moção de censura no Parlamento. Mas a Inglaterra é a Inglaterra — e algum dia o Brasil chegará a esse estágio de desenvolvimento político".